

PRÁTICA DOCENTE EM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL

Pedro Amarildo Lopes Ribeiro*
Nilson do Carmo Barbosa Junior**

RESUMO

De maneira sintetizada, a deficiência intelectual/mental não é vista nem como um transtorno médico, nem como um transtorno mental, mesmo que seja classificada como doença. É uma condição estática, permanente e refere-se a um processo que se inicia na infância, sendo multidimensional. Mesmo com os avanços da medicina e da ciência nos estudos dessa condição, a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência mental/intelectual na escola ainda é algo que encontra resistências da sociedade. Diante desta complexidade, o presente artigo tem objetivo de analisar a importância da prática docente em crianças com deficiência intelectual, mostrando assim, que a atuação do professor diante de sua metodologia pode contribuir no processo de aprendizagem e de inclusão desses alunos. Neste sentido pergunta-se: Como a prática docente pode favorecer tanto o processo de ensino e aprendizagem quanto a sua inserção social? Sabe-se que é fundamental que o professor utilize ferramentas como o lúdico, jogos, brincadeiras, tecnologia para favorecer este processo e ajudar na autonomia desses alunos.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual; Prática Docente; Crianças; Aprendizagem e Inclusão.

ABSTRACT

In a nutshell, intellectual/mental disability is seen neither as a medical disorder nor as a mental disorder, even if it is classified as a disease. It is a static, permanent condition and refers to a process that begins in childhood and is multidimensional. Despite the advances made by medicine and science in the study of this condition, the inclusion of children and adolescents with mental/intellectual disabilities in school is still met with resistance from society. Given this complexity, the aim of this article is to analyze the importance of teaching practice for children with intellectual disabilities, showing that the teacher's methodology can contribute to the learning process and the inclusion of these students. In this sense, the question is asked: How can teaching practice favor both the teaching and learning process and their social inclusion? It is known that it is essential for teachers to use tools such as play, games, games and technology to

*Pedro Amarildo Lopes Ribeiro - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Goiás (UEG) - 2003; Licenciatura em Educação Física pela Faculdade Albert Einstein - 2014; Pós-Graduado em Nutrição Humana e Saúde - 2004; Mestrando em Ciências da Educação pela FICS - 2022 – pedro123amarildo@gmail.com

**Nilson do Carmo Barbosa Junior -Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás - 2001; licenciado em Pedagogia pela Faculdade Germario Dantas - 2016; Pós-Graduado em Geografia, Meio Ambiente e Turismo pela Universidade Estadual do Goiás – 2006 - nilsonbarbosajunior@gmail.com

encourage this process and help these students become autonomous.

Keywords: Intellectual Disability; Teaching Practice; Children; Learning and inclusion.

RESUMEN

En resumen, la discapacidad intelectual/mental no se considera ni un trastorno médico ni un trastorno mental, aunque se clasifique como enfermedad. Es una condición estática y permanente que se refiere a un proceso que comienza en la infancia y es multidimensional. A pesar de los avances de la medicina y la ciencia en el estudio de esta condición, la inclusión de niños y adolescentes con discapacidad mental/intelectual en la escuela sigue encontrando resistencia por parte de la sociedad. Ante esta complejidad, el objetivo de este artículo es analizar la importancia de la práctica docente para niños con discapacidad intelectual, mostrando que la metodología del profesor puede contribuir al proceso de aprendizaje y a la inclusión de estos alumnos. En este sentido, se plantea la pregunta ¿Cómo puede la práctica docente favorecer tanto el proceso de enseñanza y aprendizaje como su inclusión social? Se sabe que es fundamental que los profesores utilicen herramientas como el juego, la lúdica y la tecnología para favorecer este proceso y ayudar a estos alumnos a ser autónomos.

Palabras-Chave: Discapacidad Intelectual; Práctica docente; Niños y niñas; Aprendizaje e inclusión.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar a relevância da prática docente em crianças com deficiência intelectual, e que requer do professor capacitação tanto nas metodologias ativas e inovadoras quanto no entendimento da deficiência intelectual dessas crianças. Não basta somente compreender a deficiência como tal, senão tiver uma formação que contemple as especificidades e a intervenção necessária e contundente.

Por isso, o problema da pesquisa é: Como a prática docente pode favorecer tanto o processo de ensino e aprendizagem quanto a sua inserção social? Esta questão instiga tanto o professor diante de sua formação e atuação e quanto a instituição escola que precisa se preparar em estrutura, em material didáticos e humanos, para que este processo se realize.

Diante disse, o artigo irá utilizar uma pesquisa bibliográfica para gerar um entendimento mais geral do objeto de estudo, onde o professor é o mediador desse processo de ensino e aprendizagem e de inclusão das crianças com deficiência intelectual.

2 DEFICIÊNCIA INTELECTUAL – algumas concepções

A deficiência intelectual/mental não é vista nem como um transtorno médico, nem como um transtorno mental, mesmo que seja classificada como doença. É uma condição estática, permanente e refere-se a um processo que inicia-se na infância, sendo multidimensional. Mesmo com os avanços da medicina e da ciência nos estudos dessa condição, a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência mental/intelectual na escola ainda é algo que encontra resistências da sociedade (AAMR, 2006).

Oliveira e Cereja (2008) asseveram que atualmente falando, a deficiência é analisada a partir da relação do indivíduo com o meio onde ele vive, tratando a limitação não como uma dificuldade exclusiva desse indivíduo, mas lançando um olhar sobre a sociedade da qual ele faz parte e dos obstáculos que ela oferece ao seu desenvolvimento, sejam físicos, sociais ou econômicos.

As pessoas com deficiência mental possuem um funcionamento intelectual significativamente inferior a média das outras pessoas, sendo que as primeiras limitações aparecem antes dos dezoito anos. É comum limitações em áreas como a comunicação, habilidades sociais, cuidado pessoal, utilização de recursos da comunicação, habilidades acadêmicas, saúde e segurança, lazer e trabalho (Maior, 2001).

O diagnóstico acontece a partir da análise desse indivíduo feita por um psicólogo e de uma equipe multidisciplinar que pode reunir médicos, pedagogos, assistentes sociais, dentre outros. Em alguns, essa equipe chega a dialogar com o professor desse indivíduo, pois, em muitos casos, é o professor que nota as primeiras mudanças de comportamento e as dificuldades de aprendizado da criança ou adolescente. De acordo com Maior (2001, p.06):

Cabe ressaltar que a deficiência intelectual refere-se ao aspecto cognitivo e não se confunde com o transtorno ou doença mental. Outra observação importante é o fato de haver graus de deficiência intelectual definidos pelas limitações no aprendizado e outras habilidades adaptativas. A síndrome de Down (alteração genética) é expressa por características físicas detectáveis facilmente, entretanto a maior parte das situações de deficiência intelectual não tem manifestações perceptíveis. As pessoas com deficiência intelectual desenvolvem suas habilidades com atenção em saúde e habilitação, educação inclusiva, oportunidades de participação nas atividades sociais, inclusive nas de trabalho.

A comunicação com uma pessoa que possui deficiência mental deve ser feita

com o uso de frases curtas e simples e seu tempo de resposta é mais curto que de outras pessoas. Situações estressantes podem gerar impaciência nesses indivíduos que podem tentar fugir, já que não entendem o que estão acontecendo, nem estão preparados para situações de emergência. Weiss (2014) cita situações como um interrogatório, onde a pessoa com deficiência intelectual pode assumir um crime que não fez, pois procurar dar respostas que agradem o outro, mesmo que não seja verdade.

Weiss (2014) considera que pessoas que possuem deficiência mental acreditam em amigos e por isto, são alvo comum de diferentes tipos de violência. Muitas delas não conseguem relatar os abusos que sofreram e em muitos casos, a própria família não acredita no que dizem. O autor cita que profissionais da escola, conselho tutelar, famílias e até mesmo a política são capazes de, utilizando as técnicas adequadas é possível ter seu depoimento e alcançar a verdade dos fatos.

Oliveira e Cereja (2008, p.14) também afirmam que:

Na deficiência mental, observamos uma expressiva limitação na capacidade de aprendizado do indivíduo e de suas habilidades relativas a vida diária. Porém, é importante ressaltar que o nível de desenvolvimento a ser alcançado pelo portador de deficiência mental, não depende apenas do grau de comprometimento, mas da sua história de vida, do apoio da família e das oportunidades e experiências na sociedade.

Há muitas pessoas que confundem o doente mental^{***} com o deficiente mental, porém, há diferenças entre eles, isto porque a deficiência mental é uma situação e não um tipo de doenças. O deficiente mental tem um desequilíbrio de suas funções psíquicas e isto pode ser percebido já em seus primeiros anos de vida. É comum a demora em falar, em andar, porém, são crianças que se demonstram, em geral, amistosas, cooperativas, comunicativas e capazes de tomar decisões e de ter responsabilidades.

A deficiência intelectual pode ser classificada em leve, moderada, severa e profunda; com base no funcionamento intelectual do indivíduo. No entanto, é o funcionamento adaptativo que determina o nível de apoio necessário que esse indivíduo precisa para realizar diversas atividades (APA, 2014). Assim, foram definidos quatro níveis de suporte/apoio para as pessoas com deficiência intelectual: apoio intermitente, apoio limitado, apoio amplo e apoio permanente”

^{***} A doença mental apresenta um desequilíbrio que causa prejuízos psíquicos decorrentes de distúrbios afetivos, na percepção e no pensamento. E, na maioria das vezes, a inteligências não é afetada; contudo a percepção de si mesma e da realidade ficam comprometidas. Temos como exemplos de doença mental: esquizofrenia, psicose, paranoia e sicosse maníaca depressiva (Oliveira e Cereja, 2008, p.14).

(Almeida, 2012, p.34). Portanto é possível perceber que não existe instrumentos padronizados para avaliar as condutas adaptativas dos indivíduos, bem como, os níveis de apoio que são necessários. Observa-se com isso, que uma pessoa não pode ser diagnosticada com uma deficiência intelectual apenas por meio de testes de quociente de inteligência, dessa forma, outros recursos devem ser utilizados para que possa indicar as limitações referente ao comportamento adaptativo, envolvendo as habilidades conceituais, sociais e práticas, para isso é preciso considerar o ambiente cultural e da comunidade que o indivíduo está inserido, observando a diversidade linguística e as diferenças culturais, considerando os tipos de apoios que cada pessoas requer.

As pesquisas indicam que a causa da deficiência intelectual pode está relacionada aos períodos: pré, peri e pós-natal, a fim de possibilitar aos profissionais conhecimentos sobre às causas e suas possíveis prevenções. Neste sentido, Gonçalves e Machado (2012, p. 67 -68) dizem que:

No período pré-natal, as questões biomédicas envolvem as desordens cromossômicas, genéticas, motoras, síndromes e idade parenteral. As sociais envolve a pobreza, desnutrição materna, violência doméstica e falta de cuidados pré-natais. As comportamentais, como o uso de drogas, álcool e fumo pelos pais e a imaturidade parenteral. As educacionais é o prejuízo cognitivo dos pais e a falta de preparo para paternidade. Já no período perinatal as questões biomédicas são a prematuridade, lesão no nascimento e desordens neonatais. As sociais são a falta de acesso a recursos durante o parto. As comportamentais referem-se ao abandono e rejeição pelos pais. As educacionais é a falta de encaminhamento após alta hospitalar. No período pós-natal as biomédicas envolve lesão traumática, desnutrição, distúrbios degenerativos e desordens convulsivas. As sociais é a pobreza familiar, a falta de estimulação e institucionalização. As comportamentais estão relacionadas ao abuso e negligência, privação social e problemas de comportamento. As educacionais dizem respeito ao diagnóstico tardio, os serviços de intervenção precoce e educacionais tardios e o apoio familiar inadequado.

Em suma, observa-se que algumas causas da deficiência intelectual podem ser evitadas, por meio de ações preventivas nas áreas: médica, social, comportamental e educacional. Isto, quando os profissionais possuem conhecimento das causas, os mesmos se tornam sujeitos importantes na prevenção, estimulação e orientação das pessoas com deficiência intelectual e suas famílias.

3 PRÁTICA DOCENTE EM CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Em relação ao grau de limitação dos estudantes com deficiência intelectual, o professor do ensino regular desses estudantes, para trabalhar os conteúdos e os



objetivos educativos específicos, inclusive nos casos em que há um nível moderado de limitações, precisa analisar o conteúdo curricular e priorizar aquilo que pode ser assimilado pelo estudante. Mesmo que a assimilação de todo o conteúdo curricular pelo estudante com deficiência intelectual seja de forma limitada, existe a possibilidade de um efetivo desenvolvimento de suas potencialidades, em relação aos objetivos educacionais centrados nos processos formativos e no vínculo com o mundo do trabalho e com a prática social.

Neste sentido, Castro, Almeida e Ferreira (2010) destacam que, nas aulas e atividades improvisadas, os alunos com deficiência intelectual tendem a ficar alheios às explicações, a causar maior agitação e a demonstrar maiores reações emocionais, colocando também o professor em estado de tensão e angústia.

Diante do exposto, pode-se observar que o trabalho com as estratégias e os procedimentos desenvolvidos com o estudante com deficiência intelectual, precisam de adequação nas estruturas física e humana da Instituição que oferece o atendimento. Os recursos materiais e as práticas pedagógicas necessitam estar adequadas aos requisitos legais e as condições mínimas para uma educação de qualidade. Os professores e profissionais envolvidos nas relações didático pedagógicas dos alunos como psicólogos, assistentes sociais e a própria família precisam envolver-se nas questões relacionais a formação e desenvolvimento de todo o trabalho com o estudante.

Em relação às práticas pedagógicas e estratégias de ensino voltadas para o desenvolvimento e ensino-aprendizagem do estudante com Deficiência Intelectual, é pertinente às adequações curriculares de acordo com a instituição que atende a esse público, para isso, é necessário:

Centralizar as atividades nas aprendizagens funcionais; Priorizar o trabalho individual e ou pequenos grupos; Utilizar pistas gestuais e chaves visuais para permitir a compreensão de mensagens e situações; Proporcionar ajuda adulta de forma sistemática, diminuindo a ajuda, ou aumentando as formas de desafios; Desmembrar as atividades em pequenos passos; Evitar a superproteção por parte dos adultos e pares; Reforçar o esforço; Favorecer a atividade sem erro; Trabalhar de forma sistemática as atividades da vida cotidiana; Realizar práticas motivadoras e alegres que contemplem materiais e recursos diversos; Dar feedback imediato; Utilizar comandos verbais; Trabalhar a memória associativa contextualizada; Utilizar-se do concreto, porém, não somente em dimensões físicas; Estimular curiosidade e desafios ao aluno; Reconhecer interesses do aluno; Instruções diretas sobre comportamentos em diferentes ambientes; Utilizar atividades em blocos; Fazer direcionamentos durante a realização das atividades; Estimular a interação social; Fazer uso de tecnologias assistivas; Demanda de cumprimento das tarefas; e Comparação das potencialidades e dificuldades do aluno com seus próprios parâmetros (Paniagua e Palácios, 2008, Smith, 2008 e Santos, 2012, p. 83).

Os estudos das pesquisas sobre a aprendizagem de uma criança com deficiência intelectual mostram, que como qualquer outra, pode se alfabetizar junto com os seus pares de idade, valendo destacar que existem diferenças individuais quanto à apropriação do sistema de escrita alfabética-SEA, em todas as crianças. Assim, é preciso considerar as peculiaridades, as crianças com deficiência intelectual devem ser contempladas na prática pedagógica planejada para a turma da qual faz parte.

A prática de alfabetizar estudantes com deficiência intelectual é um desafio para a escola e o professor, inicialmente o de despertar nesses estudantes o desejo de aprender a ler e escrever, que é uma condição básica para que a aprendizagem aconteça. Nesta perspectiva, pode se criar pranchas de comunicação alternativa que trabalhem objetos de conhecimentos escolares específicos. Assim, desenvolver atividades com o uso de pranchas e outros materiais, permitem que os estudantes com deficiência intelectual se favoreçam da atividade, por lançar mão de recursos visuais. Haja vista, que os estudantes com deficiência intelectual assimilam melhor quando é usado materiais concretos, pois o abstrato dificulta mais a aprendizagem deles.

Um recurso interessante refere-se à escrita com símbolos. Existem no mercado alguns softwares, a exemplo do comunicar com símbolos ou a ferramenta simbolizar do Boardmaker que pode apoiar a escrita, a leitura e o aumento do vocabulário dos alunos com deficiência.

Falando-se de ludicidade com estudante com deficiência intelectual, especificamente o jogo.

Essa prática deve ser cada vez mais associada à dinâmica sócio cultural em que ele está inserido, considerando suas potencialidades. Dessa forma, propiciar estratégias lúdicas e concretas são imprescindíveis no processo de alfabetização e letramento. Assim, o professor estará atendendo ao desafio que é a diversidade em sala de aula. E o jogo possibilita os elementos motivadores para uma alfabetização com êxito, quando trabalhados de forma adequada, com objetivos pedagógicos bem definidos (Brasil, 2018, p. 3).

Sabe-se que a aprendizagem acontece por meio de um processo, no qual há a apropriação do conhecimento do sujeito sobre o objeto desconhecido para ele. Em se tratando de estudante com deficiência intelectual a aprendizagem acontece de forma mais lenta. Sendo assim, a alfabetização do estudante com deficiência intelectual é preciso considerar que ele passa pelas mesmas fases no processo de aprendizagem, devendo ser respeitadas suas potencialidades e especificidades. O estudante deve ser estimulado no sentido que haja evolução no desenvolvimento das suas estruturas

intelectuais. Para isso, o professor deve apresentar ao estudante atividades mais significativas à partir de recursos diversificados, atendendo suas necessidades, lançando mão de materiais didáticos e pedagógicos variados que contribui positivamente no avanço da aprendizagem no processo de alfabetização.

A diversificação nas práticas pedagógicas desenvolve vidas com os estudantes com deficiência intelectual, favorecem a aprendizagem destes no processo de alfabetização, assim, o trabalho com uso de jogos pedagógicos contribui de forma positiva na assimilação destes estudantes. Neste sentido, a pesquisadora Soares (2010, p. 127), diz que:

É de responsabilidade do professor escolher ou produzir jogos que atenda de forma coletiva ou individual; pares; de mesa; de pátio; como bingo, dominó, boliche, baralhos, quebra-cabeças, loto de palavras e outros. Orientando as crianças e fazendo intervenções necessárias. Vimos no jogo fundamentos que justificam sua utilização na alfabetização. Pois ele propõe habilidades que às vezes o estudante ainda não possui, e que sem a mesma terá dificuldade em consolidar o processo da leitura e da escrita.

Diante do exposto, é interessante que o professor planeje as aulas ou atendimento, desenvolva atividades usando recursos pedagógicos concretos, tais como jogos pedagógicos, no trabalho com os estudantes com deficiência intelectual, o que contribui com a aprendizagem do estudante com deficiência intelectual. Para o professor exercer isso precisa de adequações na estrutura física, humana e nos recursos materiais.

De acordo com Kishimoto (2005, p.100-105), “os jogos educativos ou didáticos estão orientados para estimular o desenvolvimento cognitivo e são importantes para o desenvolvimento do conhecimento escolar mais elaborado calcular, ler e escrever”. São jogos fundamentais para a criança deficiente mental leve por iniciá-la em conhecimentos e favorecer o desenvolvimento de funções mentais superiores prejudicadas

No trabalho realizado com o estudante com deficiência intelectual, é preciso levar em consideração que são muitas as dificuldades individuais, e que é de suma importância a interação entre os professores do Atendimento Educacional Especializado - AEE e da sala de ensino regular para uma maior efetividade do trabalho de ambos. Por consequência, o professor do ensino regular tem a possibilidade de conhecer mais peculiaridades do estudante, ao passo que o professor do AEE pode ter acesso ao modo como o estudante se comporta na sala de aula comum.

Essa relação cooperativa deve ocorrer inclusive com o compartilhamento do

plano, o que não significa que este deva ser construído em conjunto. Neste sentido, cabe ainda ao professor do AEE, preparar material específico para uso na sala de recursos; orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos estudantes nas classes do ensino regular; indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes na família e na comunidade.

Vale destacar que: a importância do:

A importância do trabalho articulado entre o professor da sala de aula regular e o professor do atendimento educacional especializado - AEE, a fim de garantir as condições necessárias ao ensino e à aprendizagem das crianças com deficiência, em classes comuns do ensino regular, pois as limitações e possibilidades educacionais do estudante com deficiência intelectual não requerem intervenções complexas em relação às práticas pedagógicas comuns, mas exige do professor uma atuação mais próxima, frequente e particular em relação a cada objetivo escolar e às habilidades envolvidas para que as metas sejam alcançadas. Neste sentido, os estudos de caso, planejamento individualizado e materiais de apoio são alguns dos elementos importantes para a atuação do professor junto ao aluno com deficiência intelectual, e não diferem dos princípios e das estratégias também utilizados com alunos sem deficiência (BRASIL/SEESP/SEB, 2010, p. 9).

Em suma, para que o ensino nesses casos seja mais efetivo, deve-se criar condições para a atuação ativa do estudante, o uso de situações aplicadas de forma contextualizadas, o uso de um conteúdo curricular funcional, o trabalho de habilidades positivas e não só a redução das limitações, o desenvolvimento da capacidade de aprender os conteúdos. Cabe destacar que as intervenções escolares não se restringem aos estudantes com deficiência intelectual, mas envolvem os demais estudantes, com o professor atuando como mediador tendo em vista a promoção de interações coletivas.

Quando se observa a realidade da Educação Inclusiva no Brasil é possível verificar que se restringe em observar se o estudante com deficiência, está matriculado na escola regular, mas, dependendo da sua necessidade pode precisar frequentar também uma escola especial para ter o AEE, que pode acontecer fora da escola regular. Por isso, as escolas especiais ainda existem e são mantidas. Cabe ressaltar que o atendimento educacional especializado da escola especial não substitui o da escola comum.

CONCLUSÃO

O presente artigo mostrou a importância da prática docente em crianças com deficiência intelectual, mostrando que trabalhar as deficiências ou limitações dos

alunos com deficiência intelectual, na busca de contribuir com seu desenvolvimento afetivo, intelectual e cognitivo. É importante que o professor tenha uma formação contínua e sólida para contribuir no processo de aprendizagem e inclusão dessas crianças.

Também importante nesse processo uma infraestrutura que haja espaço adequado como pátio, quadra para que as atividades ou jogos livres ou de regras possam ser executadas em trabalho conjunto entre professor de apoio e professor regente. Disponibilizando assim, mais recursos pedagógicos tanto ao professor de apoio quanto o professor regente para planejar e executar suas aulas, contribuindo na aprendizagem e inclusão desses alunos.

Todas estas questões citadas criará um ambiente propício para que o professor faça a mediação da melhor forma possível, utilizando tanto a ludicidade, jogos, brincadeiras e até a contribuição da tecnologia e audiovisuais, visando assim, a inserção educacional e social das crianças com deficiência intelectual.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION [AAMR]. (2006). **Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio** (10 ed.). Porto Alegre: Artmed.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial Esplanada dos Ministérios. **Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010**. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado: AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. n. 11, Brasília, 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDBEN**. Nº 9394/96-2. Ed. 2018.

CASTRO, José Carlos V.; ALMEIDA, Maria Josilane M.; FERREIRA, Vanessa Queiroz. **Os benefícios das intervenções pedagógicas para o desenvolvimento cognitivo do estudante com déficit intelectual**. Anais das Jornadas de Pós-Graduação da Faculdade Integrada Brasil Amazônia - FIBRA, Belém, n. 3, p. 21-33, set. 2010.

GONÇALVES, A., & MACHADO, A. C. **A importância das causas na deficiência intelectual para o entendimento das dificuldades escolares**. In M. A. Almeida (Ed.), *Deficiência intelectual: realidade e ação* (pp. 65-83). São Paulo: Secretaria da Educação, Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, 2012.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brincadeira e a educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, p. 100-105, 2005.

MAIOR, Izabel. **História, conceitos e tipos de deficiência**. Disponível em <<http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf>>. Acesso em 08 de maio de 2024.

OLIVEIRA, Hilda Roberta Lucas de; CEREJA, Carlos Alberto. **A vida do portador de deficiência mental, sua família e eterna busca por um lugar na sociedade**. 2008. Disponível <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/B000378.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2024.

PANIAGUA, G.; PALACIOS, J. **Em que medidas são especiais às necessidades educacionais especiais?** In: (Orgs.). Educação infantil: - resposta educativa à diversidade. Porto Alegre: Artmed, p. 83, 2007.

SOARES, M. **Letramento**: um tema de três gêneros. Belo Horizonte, Autêntica, 1998/2010.